



Ata da Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público Privada do Estado do Piauí.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, às dezessete horas, foi realizada a Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada PPP, por convocação do Senhor Presidente do Conselho, Chefe do Poder Executivo Estadual, Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias, na forma do disposto no art. 27 da Lei Estadual Nº 5.494, de 19 de setembro de 2005, alterada pela Lei Estadual nº 5.817, de 16 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 6.680, de 06 de julho de 2015, na sala de reunião (Salão Azul), situada no Palácio do Governo. Presente o Presidente do Conselho: Chefe do Poder Executivo Estadual, José Wellington Barroso de Araújo Dias, a vice governadora Maria Regina Sousa e os seguintes conselheiros: Secretário de Governo do Estado- SEGOV: Osmar Ribeiro de Almeida Junior; Secretário de Administração e Previdência do Piauí-SEADPREV: Merlong Solano Nogueira; Secretário da Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ: Rafael Tajra Fonteles, neste ato representado por Antônio Luiz Soares Santos; Secretário de Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN: Antônio Rodrigues de Sousa Neto, neste ato representado por Francisco Wagner Ximenes Martins; Procurador Geral do Estado do Piauí - PGE: Plínio Clerton Filho, neste ato representado por Kildere Ronne de Carvalho Souza e a Superintendente de Parcerias e Concessões SUPARC: Viviane Moura Bezerra. Participaram como convidados os senhores (a): Secretário de Estado de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC: Ellen Gera de Brito Moura; Controlador Geral da Controladoria Geral do Estado – CGE: Márcio Rodrigo de Araújo Souza, neste ato representado por João Macedo Lima Junior; *Secretário de Estado da Saúde do Piauí*- SESAPI: Florentino Alves Veras Neto; Diretor Geral da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí-ATI: Antônio Torres da Paz; Secretário de Estado da Segurança Pública – SSP: Fábio Abreu Costa, neste ato representado por Carlos César Camelo de Carvalho; Grupo ISG- Participações S.A: Alexandre Sousa Trindade e Anderson Camelo Lima; SPE Piauí Conectado: Emerson Thiago da Silva e Leonardo Alexandre Chagas. Iniciado os trabalhos pelo Presidente do CGP, este concedeu a palavra a Superintendente de Parcerias e Concessões para apresentação dos itens de pauta. Na sequência, foi apresentado o primeiro item da pauta: **Apresentação dos estudos finais do projeto de PPP - Escolas Multiuso:** a Superintendente expôs as premissas do projeto, sendo elas: requalificação, construção e reforma, para adequar as unidades escolares ao padrão multiuso com aplicação de recursos de inovação tecnológica, sendo incluída apenas a operação do serviço meio não pedagógico, a manutenção do ativo e equipamentos e a otimização de custos e transparência na aplicação dos recursos públicos. Em seguida explicou o conceito do projeto que se baseia na requalificação e ampliação as escolas, através da construção ou reforma para adotar o conceito multiuso, com a implantação de equipamentos tecnológicos e necessários para a difusão de conteúdos e informações para os usuários dos serviços de educação, com operação e manutenção da infraestrutura escolar. Em ato contínuo, apresentou as três tipologias e os três cenários desenhados. Ao finalizar apresentação, a Superintendente frisou que a Secretaria de Educação escolheu o terceiro cenário. Por fim, expôs que a modelagem jurídica trata de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão administrativa, com prazo de 30 anos. Concluída a apresentação, o Presidente do Conselho submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros que decidiram por unanimidade, aprovação do primeiro cenário, com 8 escolas novas (tipologia 1) e 2 escolas adaptadas (tipologia 2), com possibilidade de expansão ao longo do prazo do contrato, contudo com a seguinte diligência: a realização de estudo de demanda das 10 escolas estaduais escolhidas, e estudo econômico financeiro, contendo os descritivos dos custos totais dos serviços meios hoje ofertados nas escolas, o

custo/aluno e dos serviços pedagógicos, para definir um modelo padrão das escolas que seja viável para a implantação do projeto. Em seguida, passou-se para o segundo item da pauta: **Apresentação da modelagem técnica, econômico financeiro e jurídica do Projeto Associado: PPP de Televisão.** De início, a Superintendente esclareceu que a matéria voltou para deliberação, em atendimento à determinação do Conselho Gestor de Parcerias apresentada na vigésima primeira reunião ordinária quanto a estimativa de impacto orçamentário para contratação do fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos em geral e disponibilização do Centro de Controle Operacional (CCO). Logo após, a superintendente ressaltou que o projeto tem como objetivo implantar o Monitoramento de 24 cidades escolhidas pela Secretaria de Segurança, através de Câmeras, sistemas e Centro de Controle Operacional, com câmeras OCR/ laços indutivos, reconhecimento facial, leitura óptica diurna, sistema de conectividade e integração com órgãos estaduais e terceiros, viabilizando maior rapidez e presteza no serviço de segurança pública à população. Em ato contínuo, ressaltou que a secretaria já providenciou a aquisição de 890 câmeras, e que, do ponto de vista técnico e estratégico, a contratação da SPE Piauí Conectado é de importância fundamental para viabilizar o incremento tecnológico necessário para o desenvolvimento das ações de segurança pública. Encerradas as explanações e esclarecimentos adicionais requeridos, o Presidente do Conselho submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros, que sugeriram que seja feito levantamento da demanda da Secretaria de Fazenda, Secretaria de Transportes e do Departamento de Trânsito, para inclusão no estudo de viabilidade técnica, indicando quais os municípios e a quantidade de câmeras para atender os seus respectivos objetivos, visando demonstrar a eficiência e receitas para o Estado, bem como apresentar o desenho técnico e custos para implantação do projeto, com a inclusão dos órgãos estaduais acima citados no projeto associado. Em seguida, a superintendente fez a apresentação do terceiro item da pauta: **Manifestação de Interesse para realização de estudos técnicos, econômicos, e jurídico para a instalação, operação e manutenção da central de lavanderia hospitalar e centro de material e esterilização voltada para a prestação dos serviços de esterilização e lavanderia hospitalar.** De início, a superintendente expôs que o objetivo principal da MIP é desenvolver estudos técnicos de forma que eles possam fornecer elementos, dados e informações que subsidiarão a decisão quanto à implementação do projeto de instalação, operação e manutenção da central de lavanderia hospitalar e centro de material e esterilização. Esclareceu também, que os estudos deverão apontar soluções que promovam a integralização das unidades hospitalares da rede do Estado para o atendimento dos serviços acima citados. Encerrada a explanações e feitos os esclarecimentos adicionais requeridos, o Presidente do Conselho submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros que decidiram aprovar a Manifestação de Interesse Privado apresentada pelo grupo Bioplus Comércio e representações de medicamentos e serviços de equipamentos Médico-hospitalares LTDA, referente à elaboração de estudos técnicos, econômicos, e jurídico para a instalação, operação e manutenção da central de lavanderia hospitalar e centro de material e esterilização. Nada mais havendo, o Senhor Presidente do Conselho Gestor deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais interessados.

Presidente do Conselho: José Wellington Barroso de Araújo Dias;
Vice governadora: Maria Regina Sousa;
Secretário de Governo do Estado- SEGOV: Osmar Ribeiro de Almeida Junior;
Secretário de Administração e Previdência do Piauí -SEADPREV: Merlong Solano Nogueira;
Secretário da Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ: Rafael Tajra Fonteles, neste ato representado por Antônio Luiz Soares Santos;
Secretário de Planejamento do Estado do Piauí -SEPLAN: Antônio Rodrigues de Sousa Neto, neste ato representado por Francisco Wagner Ximenes Martins;
Procurador Geral do Estado do Piauí- PGE: Plínio Clerton Filho, neste ato representado por Kildere Ronne de Carvalho Souza;
Superintendente de Parcerias e Concessões SUPARC: Viviane Moura Bezerra.

Ata da Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público Privada do Estado do Piauí.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas, foi realizada a Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada PPP, por convocação do Senhor Presidente do Conselho, Chefe do Poder Executivo Estadual, Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias, na forma do disposto no art. 27 da Lei Estadual N° 5.494, de 19 de setembro de 2005, alterada pela Lei Estadual n° 5.817, de 16 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Estadual n° 6.680, de 06 de julho de 2015, na sala de reunião (Salão Azul), situada no Palácio do Governo. Presente o Presidente do Conselho: Chefe do Poder Executivo Estadual, José Wellington Barroso de Araújo Dias, a vice governadora Maria Regina Sousa e os seguintes conselheiros: Secretário de Governo do Estado- SEGOV: Osmar Ribeiro de Almeida Junior; Secretário de Administração e Previdência do Piauí- SEADPREV: Merlong Solano Nogueira; Secretário da Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ: Rafael Tajra Fonteles, neste ato representado por Antônio Luiz Soares Santos; Secretário de Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN: Antônio Rodrigues de Sousa Neto, neste ato representado por Francisco Vagner Ximenes Martins; Procurador Geral do Estado do Piauí - PGE: Plínio Clerton Filho, neste ato representado por Kildere Ronne de Carvalho Souza e a Superintendente de Parcerias e Concessões SUPARC: Viviane Moura Bezerra. Participaram como convidados os senhores (a): Secretário de Estado de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC: Ellen Gera de Brito Moura; Controlador Geral da Controladoria Geral do Estado – CGE: Márcio Rodrigo de Araújo Souza, neste ato representado por João Macedo Lima Junior; Secretário de Estado da Saúde do Piauí- SESAPI: Florentino Alves Veras Neto; Diretor Geral da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí- ATI: Antônio Torres da Paz; Secretário de Estado da Segurança Pública – SSP: Fábio Abreu Costa, neste ato representado por Carlos César Camelo de Carvalho; Grupo ISG- Participações S.A: Alexandre Sousa Trindade e Anderson Camelo Lima; SPE Piauí Conectado: Emerson Thiago da Silva e Leonardo Alexandre Chagas. Iniciado os trabalhos pelo Presidente do CGP, este concedeu a palavra à Superintendente de Parcerias e Concessões para apresentação dos itens de pauta. Na sequência, foi apresentado o primeiro item da pauta: **Apresentação dos estudos finais do projeto de PPP - Escolas Multiuso:** a Superintendente expôs as premissas do projeto, sendo elas: requalificação, construção e reforma, para adequar as unidades escolares ao padrão multiuso com aplicação de recursos de inovação tecnológica, sendo incluída apenas a operação do serviço meio não pedagógico, a manutenção do ativo e equipamentos e a otimização de custos e transparência na aplicação dos recursos públicos. Em seguida explicou o conceito do projeto que se baseia na requalificação e ampliação as escolas, através da construção ou reforma para adotar o conceito multiuso, com a implantação de equipamentos

tecnológicos e necessários para a difusão de conteúdos e informações para os usuários dos serviços de educação, com operação e manutenção da infraestrutura escolar. Em ato contínuo, apresentou as três tipologias e os três cenários desenhados. Ao finalizar apresentação, a Superintendente frisou que a Secretaria de Educação escolheu o terceiro cenário. Por fim, expos que a modelagem jurídica trata de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão administrativa, com prazo de 30 anos. Concluída a apresentação, o Presidente do Conselho submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros que decidiram por unanimidade, aprovação do primeiro cenário, com 8 escolas novas (tipologia 1) e 2 escolas adaptadas (tipologia 2), com possibilidade de expansão ao longo do prazo do contrato, contudo com a seguinte diligência: a realização de estudo de demanda das 10 escolas estaduais escolhidas, e estudo econômico financeiro, contendo os descritivos dos custos totais dos serviços meios hoje ofertados nas escolas, o custo/aluno e dos serviços pedagógicos, para definir um modelo padrão das escolas que seja viável para a implantação do projeto. Em seguida, passou-se para o segundo item da pauta: **Apresentação da modelagem técnica, econômico financeiro e jurídica do Projeto Associado: PPP de Televigilância.** De início, a Superintendente esclareceu que a matéria voltou para deliberação, em atendimento à determinação do Conselho Gestor de Parcerias apresentada na vigésima primeira reunião ordinária quanto a estimativa de impacto orçamentário para contratação do fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos em geral e disponibilização do Centro de Controle Operacional (CCO). Logo após, a superintendente ressaltou que o projeto tem como objetivo implantar o Monitoramento de 24 cidades escolhidas pela Secretaria de Segurança, através de Câmeras, sistemas e Centro de Controle Operacional, com câmeras OCR/ laços indutivos, reconhecimento facial, leitura óptica diuturna, sistema de conectividade e integração com órgãos estaduais e terceiros, viabilizando maior rapidez e presteza no serviço de segurança pública à população. Em ato contínuo, ressaltou que a secretaria já providenciou a aquisição de 890 câmeras, e que, do ponto de vista técnico e estratégico, a contratação da SPE Piauí Conectado é de importância fundamental para viabilizar o incremento tecnológico necessário para o desenvolvimento das ações de segurança pública. Encerradas as explanações e esclarecimentos adicionais requeridos, o Presidente do Conselho submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros, que sugeriram que seja feito levantamento da demanda da Secretaria de Fazenda, Secretaria de Transportes e do Departamento de Trânsito, para inclusão no estudo de viabilidade técnica, indicando quais os municípios e a quantidade de câmeras para atender os seus respectivos objetivos, visando demonstrar a eficiência e receitas para o Estado, bem como apresentar o desenho técnico e custos para implantação do projeto, com a inclusão dos órgãos estaduais acima citados no projeto associado. Em seguida, a superintendente fez a apresentação do terceiro item da pauta: **Manifestação de Interesse para realização de estudos técnicos, econômicos, e jurídico para a instalação, operação e manutenção da central de lavanderia hospitalar e centro de material e esterilização voltada para a prestação dos serviços de esterilização e lavanderia hospitalar.** De início, a superintendente expôs

que o objetivo principal da MIP é desenvolver estudos técnicos de forma que eles possam fornecer elementos, dados e informações que subsidiarão a decisão quanto à implementação do projeto de instalação, operação e manutenção da central de lavanderia hospitalar e centro de material e esterilização. Esclareceu também, que os estudos deverão apontar soluções que promovam a integralização das unidades hospitalares da rede do Estado para o atendimento dos serviços acima citados. Encerrada a explanações e feitos os esclarecimentos adicionais requeridos, o Presidente do Conselho submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros que decidiram aprovar a Manifestação de Interesse Privado apresentada pelo grupo Bioplus Comércio e representações de medicamentos e serviços de equipamentos Médico-hospitalares LTDA, referente à elaboração de estudos técnicos, econômicos, e jurídico para a instalação, operação e manutenção da central de lavanderia hospitalar e centro de material e esterilização. Nada mais havendo, o Senhor Presidente do Conselho Gestor deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais interessados.

Presidente do Conselho: José Wellington Barroso de Araújo Dias;

Vice governadora: Maria Regina Sousa;

Secretário de Governo do Estado- SEGOV: Osmar Ribeiro de Almeida Junior;

Secretário de Administração e Previdência do Piauí -SEADPREV: Merlong Solano Nogueira;

Secretário da Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ: Rafael Tajra Fonteles, neste ato representado por Antônio Luiz Soares Santos;

Secretário de Planejamento do Estado do Piauí -SEPLAN: Antônio Rodrigues de Sousa Neto, neste ato representado por Francisco Vagner Ximenes Martins;

Procurador Geral do Estado do Piauí- PGE: Plínio Clerton Filho, neste ato representado por Kildere Ronne de Carvalho Souza;

Superintendente de Parcerias e Concessões SUPARC: Viviane Moura Bezerra.